

**MÉTODO**

**40 PONTOS 2.0**

**PDF de Questões**

**Ampla Defesa e Implicações**

**cersoAB**

**DIREITO PROCESSUAL PENAL****Ampla Defesa e Implicações – Gabarito Comentado**

1	2	3	4	5
D	D	B	C	D
6	7	8	9	10
A	C	C	A	A

**Questão 1**

Dentre as garantias inerentes à ampla defesa, está o direito do acusado à defesa técnica, bem como o de escolher o seu advogado.

Havendo advogado constituído, ao expedir carta precatória deverá o juízo processante intimar o advogado do acusado de sua expedição, conforme Súmula 273 do STJ: “Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no juízo deprecado.”

Assim, ainda que houvesse defensor público no juízo deprecado e este participasse da audiência, a falta de intimação do advogado constituído quanto à expedição da precatória gera nulidade por cerceamento de defesa.

**Gabarito: D**

**Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência**

---

**Questão 2**

O acusado está resguardado pelo direito ao silêncio e pela garantia de não autoincriminação, podendo recusar-se a fornecer padrão grafotécnico para o exame, e sua recusa não poderá ser considerada pelo juízo em prejuízo de sua defesa (art. 5º, LXIII da CRFB e art. 8º, 2, g do Pacto de San José da Costa Rica)

**Gabarito: D**

**Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca**

---

**Questão 3**

Súmula 707 do STF: “Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contra-razões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprimindo a nomeação de defensor dativo.”

**Gabarito: B**

**Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência**

---

**Questão 4**

Súmula 707 do STF: "Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contra-razões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprimindo a nomeação de defensor dativo."

**Gabarito: C****Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência**

---

**Questão 5**

No Processo Penal, a ampla defesa depende da satisfação do binômio "autodefesa + defesa técnica". Assim, a renúncia – ou a desistência – ao recurso defensivo depende, necessariamente, da manifestação do réu e do seu advogado.

Súmula 705 do STF: "A renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, não impede o conhecimento da apelação por este interposta."

**Gabarito: D****Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência**

---

**Questão 6**

Marlon estava preso à época da citação, motivo pelo qual a mesma é nula, nos termos da Súmula 351 do STF. As demais citações ocorreram de forma correta. Gabarito letra "A", pois apenas a citação de Marlon é inválida.

**Gabarito: A****Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência**

---

**Questão 7**

No Processo Penal, a ampla defesa depende da satisfação do binômio "autodefesa + defesa técnica". A autodefesa, entretanto, diante do direito ao silêncio e da garantia de não autoincriminação, é dispensável, consistindo a revelia um direito do acusado, ainda que processado perante o Tribunal do Júri.

Assim, o réu tem o direito de não ir, e seu não comparecimento não poderá ser considerado em prejuízo de sua defesa. Ressalte-se que também poderá ser feita qualquer alusão pejorativa à ausência do réu durante o julgamento em plenário (art. 478 do CPP).

**Gabarito: C****Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca**

---

**Questão 8**

O interrogatório consagra o exercício do direito à audiência que, junto ao direito de presença, integra a autodefesa do acusado.

Embora os réus tenham direito de presença aos atos processuais, a versão prestada por um dos acusados durante seu interrogatório e até mesmo sua presença no interrogatório pode interferir na versão a ser apresentada pelo corréu em seu depoimento, motivo pelo qual o art. 191 do CPP prevê que, havendo mais de um acusado, estes deverão ser interrogados separadamente. Contudo, importante ressaltar que o advogado dos corréus participarão do interrogatório, podendo inclusive formular perguntas, para as quais o interrogado poderá fazer uso do direito ao silêncio. A letra A, portanto, está errada.

O CPP, em seu art. 185, prevê, em situações excepcionais, o interrogatório por videoconferência, o que leva a letra B a erro.

O gabarito é C. Vigora, em nosso ordenamento legal, o princípio do livre convencimento motivado ou persuasão racional, motivo pelo qual “o juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte” (art. 182 CPP), desde que fundamente a decisão com base nas demais provas dos autos.

Já a letra D encontra-se errada porque, após a reforma implementada pela Lei 11.690/2008, o art. 159 do CPP prevê a participação de um único perito oficial na realização das perícias.

**Gabarito: C****Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência**

---

**Questão 9**

Embora as assertivas se relacionem ao número de testemunhas previsto para o procedimento (no caso do rito ordinário, aplicável ao caso concreto, o número seria 8, conforme art. 401 do CPP) e ao conceito de testemunha referida (art. 209 do CPP), o enunciado nos leva à conclusão de que o indeferimento da oitiva da testemunha, antes desconhecida da parte, e a recusa em ouvi-la como testemunha referida ou testemunha do juízo, enseja nulidade por cerceamento de defesa, a ser arguida pelo advogado da ré em sede de apelação.

Dentre as assertivas, correta a letra A, em face do art. 209 do CPP.

**Gabarito: A****Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência**

---

**Questão 10**

Quando, tentada a citação e após esgotadas todas as tentativas de localização, o acusado estiver em local incerto e não sabido, deverá juiz determinar a citação por edital (art. 363, § 1º. do CPP). Conforme arts. 41 c/c 365 do CPP, o edital de citação indicará "o nome do réu, ou, se não for conhecido, os seus sinais característicos, bem como sua residência e profissão, se constarem do processo", o que leva ao acerto da letra A.

Quanta às demais assertivas, importante destacar os arts. 360, 362 e 366 do CPP, bem como as súmulas 415 do STJ e 351 do STF.

**Gabarito: A**

**Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência**

---